

**Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho**  
**Roberto Ricomini Piccelli**  
**Carmen Silvia L. de Arruda**  
*Coordenadoras*

# **LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**COMENTADA – LEI Nº 14.133/2021**

**VOLUME I**

**ARTIGO 1º AO 39**

Alexandre Santos de Aragão	Josué Mastrodi Neto
Ana Carolina Miranda de Oliveira	Julio de Souza Comparini
André Cyrino	Kleber Luiz Zanchim
André Ribeiro Tosta	Lucas Catib De Laurentiis
Anna Beatriz Savioli	Lucas Módolo
Bárbara Teixeira	Luiz Eduardo de Almeida
Bruno Mitsuo Nagata	Luiz Felipe Hadlich Miguel
Camillo Giamundo	Marcelo Benacchio
Carmen Silvia Lima de Arruda	Marina Fontão Zago
Carolina Mota Mourão	Nara Carolina Merlotto
Christian Fernandes Gomes da Rosa	Paulo Henrique Macera
Christianne de Carvalho Stroppa	Regina Vera Villas Bôas
Daniel Castro Gomes da Costa	Renata Nadalin Meireles Schirato
Delso Silva Neves	Roberto Ricomini Piccelli
Fabio Gomes dos Santos	Rodrigo de Pinho Bertocelli
Fernando Menezes de Almeida	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando W. Bunemer Nahas	Silvio Gabriel Serrano Nunes
Francisco Defanti	Suzana Maria Loureiro Silveira
Heloisa Helena Silva	Tiago Cripa Alvim
Henrique Motta Pinto	Vanice Regina Lírio do Valle
Ivan Martins Motta	Vicente de Abreu Amadei
Jeferson Sousa Oliveira	Victor C. Pessoa de Barros e Silva
Jessé Torres Pereira Junior	Vítor Monteiro
José Vicente Santos de Mendonça	Vitor Rhein Schirato

**ALEXANDRE JORGE CARNEIRO DA CUNHA FILHO; ROBERTO RICOMINI PICCELLI; CARMEN SILVIA L. DE ARRUDA (COORDS.)**

*Lei de Licitações e Contratos – Comentada – Lei nº 14.133/2021 – Volume I*  
São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-164-2

1. Direito Administrativo. 2. Licitações. 3. Lei nº 14.133/2021. 4. Contratos Administrativos. 5. Princípios. 6. Agentes Públicos. 7. Processo Licitatório. 8. Pregão. 9. Concorrência. 10. Concurso. 11. Julgamento. 12. Diálogo Competitivo. I. Título.

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

*Finalização*

Anderson dos Santos Pinto

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Vandemilson Cabral

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: base, pilares e inovações por Antonio Anastasia.....	19
Nota dos Coordenadores.....	23
Prefácio por Alexandre Santos de Aragão .....	25
Prefácio por Fernando Menezes de Almeida.....	29

### TÍTULO I

#### Disposições Preliminares, 31

Das Disposições Preliminares (Arts. 1 a 4).....	33
---	----

#### Ensaio Introdutório, 37

#### I. Rápidas Considerações a Propósito da Nova Lei de Licitações, 39

*Romeu Felipe Bacellar Filho*

#### II. A Evolução Histórica da Licitação no Brasil, 45

*Silvio Gabriel Serrano Nunes e Julio de Souza Comparini*

1. Introdução .....	45
2. Decreto 2.926, de 14 de maio de 1862.....	48
3. Decreto 4.536, de 28 de janeiro de 1922 (e Decreto 15.783, de 8 de novembro de 1922) .....	49
4. Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.....	52
5. Decreto-Lei 2.300, de 21 de novembro de 1986.....	54
6. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.....	57
7. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.....	58
8. Considerações Finais .....	58
9. Referências bibliográficas.....	60

### **III. Licitação, Contrato Administrativo e Sustentabilidade, 63**

*Vicente de Abreu Amadei*

1. Introdução .....	63
2. Noções Elementares .....	64
2.1. Sustentabilidade .....	65
2.2. Desenvolvimento sustentável .....	67
2.3. Sustentabilidade ambiental .....	70
2.4. Desenvolvimento nacional sustentável .....	72
3. A sustentabilidade no âmbito da licitação e dos contratos administrativos .....	77
4. O princípio de desenvolvimento nacional sustentável .....	85
5. O incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável como objetivo do processo licitatório .....	91
6. A sustentabilidade ambiental como critério de remuneração variável .....	94
7. Conclusão .....	99
8. Referências Bibliográficas .....	100

### **IV. Significado, Alcance e Contextualização de Inovação no Contexto da Nova Lei de Licitações, 103**

*Carolina Mota Mourão, Fabio Gomes dos Santos,  
Paulo Henrique Macera e Vítor Monteiro*

1. Introdução .....	103
2. Acepções teóricas e normativas de inovação .....	104
3. Menções e abordagem da inovação durante o trâmite legislativo da Nova Lei de Licitações .....	110
4. Alguns contextos de especial destaque da inovação na Nova Lei de Licitações .....	116
4.1. Matriz de risco .....	116
4.2. Alteração do projeto básico .....	118
4.3. Objetivos da licitação .....	119
4.4. Margem de preferência e outras formas de preferência (desempate entre propostas) .....	121
4.5. Modalidade do diálogo competitivo .....	123
4.6. Hipóteses de dispensa .....	126
4.7. Procedimento de Manifestação de Interesse .....	133
4.8. Cessão de direitos patrimoniais .....	135

5. Conclusão: apontamentos quanto ao cabimento da aplicação da Lei de Inovação como recurso interpretativo da Nova Lei de Licitações .....	136
6. Referências.....	137

## **V. Programas de integridade e programas de *compliance* na nova Lei de Licitações, 141**

*Luiz Eduardo de Almeida*

Introdução .....	141
1. O sistema brasileiro de proteção e promoção da integridade no relacionamento público-privado .....	141
2. Programas de integridade e programas de <i>compliance</i> .....	143
2.1. Governança corporativa e programas de <i>compliance</i> .....	143
2.2. Peculiaridades brasileiras do desenvolvimento próximo da função de <i>compliance</i> .....	151
2.3. Programas de integridade.....	155
3. Programas de integridade e programas de <i>compliance</i> na nova Lei de Licitações .....	156
4. Considerações finais.....	160
5. Referências bibliográficas.....	161

## **VI. O Programa de Integridade na Lei n. 14.133/2021, 163**

*Christian Fernandes Gomes da Rosa*

Introdução .....	163
1. Programa de Integridade na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....	164
1.1. Programa de Integridade em contratações de grande vulto.....	164
1.2. Programa de Integridade como critério de desempate em licitações .....	167
1.3. Programa de Integridade na aplicação das sanções da Lei n. 14.133/2021 .....	168
1.4. Programa de Integridade como condição de reabilitação de sancionados.....	170
2. Programa de Integridade no Direito positivo brasileiro .....	171
2.1. Integridade na Lei Anticorrupção Brasileira.....	171
2.2. Requisitos e boas práticas de um Programa de Integridade .....	177
Conclusão .....	181
Referências .....	182

## **Capítulo I**

### **Do Âmbito de Aplicação desta Lei (Arts. 1 a 4), 185**

#### **I. Comentários ao Capítulo I – Do Âmbito de Aplicação desta Lei, 187**

*Fernando Menezes de Almeida*

Correspondente na Lei n. 8.666/93: artigo 1º .....	187
Correspondente (em parte) na Lei n. 8.666/93: artigo 1º e parágrafo único .....	192
Correspondente (em parte) na Lei n. 8.666/93: artigo 32, § 6º .....	193
Correspondente (em parte) na Lei n. 8.666/93: artigo 42, § 5º .....	196
Correspondente (em parte) na Lei n. 8.666/93: artigo 2º .....	197
Correspondente (em parte) na Lei n. 8.666/93: artigo 62, § 3º .....	198
Correspondente (em parte) na Lei n. 8.666/93: artigo 3º, § 14º .....	199
Referências .....	200

#### **II. Aplicação Subsidiária da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos às Empresas Estatais: um Problema Cultural, 203**

*Henrique Motta Pinto*

1. Uma questão recorrente .....	203
2. Uma opção legislativa clara e reafirmada .....	204
3. Os comportamentos para contratações das empresas estatais ainda estão presos ao modelo legal anterior? .....	206
4. O reacionarismo interpretativo como barreira cultural à inovação nas contratações das estatais .....	211
Bibliografia .....	213

#### **III. Ações Afirmativas nos Contratos do Estado: Diversidade e Compliance Antidiscriminatório na Lei 14.133/2021, 215**

*Lucas Módolo*

I. Diversidade nas empresas e compliance antidiscriminatório .....	215
II. Margem de preferência (ou ações afirmativas) na antiga Lei nº 8.666/1993 .....	217
III. Inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021 na seara das ações afirmativas .....	219
IV. A perspectiva abrangente das ações afirmativas na Lei nº 14.133/2021... ..	220

V. Considerações finais: novos campos de trabalho no Direito Administrativo .....	222
VI. Referências .....	223

## **Capítulo II**

### **Dos Princípios (Art. 5), 225**

#### **I. Capítulo II**

##### **Dos Princípios e das Diretrizes, 229**

*Jessé Torres Pereira Junior*

1. Introdução .....	229
2. Utopia ou retrotopia? .....	232
3. Principiologia e segurança jurídica no direito administrativo pós-moderno .....	236
4. A função dos princípios no controle das licitações e contratações públicas .....	239
5. Aplicação de princípios e diretrizes na configuração da responsabilidade de agentes públicos e privados nas contratações administrativas .....	245
6. Peroração .....	251
Referências bibliográficas .....	254

#### **II. Princípios na Lei 14.133/2021. A Arte de Mudar para que Tudo Fique Igual, 257**

*Vanice Regina Lúrio do Valle*

1. Considerações iniciais .....	257
2. Problemas estruturais de um regime de contratações públicas: diagnóstico .....	258
3. A aposta principiológica: o que a NLL trouxe de inovação real .....	262
3.1. Âmbito de incidência dos princípios enunciados na NLL .....	263
3.2. Desconstruindo a alegada inovação: redundâncias literais e de conteúdo .....	264
3.3. Ainda desconstruindo a alegada inovação: explicitações de desdobramentos doutrinariamente consagrados de princípios tradicionais .....	267
3.4. Segregação de funções como princípio de aplicação da NLL .....	271
4. Hipertrofia da moldura principiológica e o compromisso com a LINDB .....	275

5. Conclusão .....	277
Referências .....	277

### **III. O princípio da transparência na Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 279**

*Carmen Sílvia Lima de Arruda*

1. Introdução .....	279
2. Princípio da Transparência.....	281
3. Instrumentos de transparência nas licitações e contratos .....	284
a. Licitações eletrônicas .....	285
b. Divulgação nos sítios eletrônicos.....	286
c. Portal Nacional de Compras .....	288
4. Exceção aos pequenos municípios.....	290
5. Conclusão .....	292
Referências .....	293

### **IV. Comentário Geral sobre a Nova Lei das Licitações e dos Contratos Administrativos e sobre os seus Princípios Jurídicos Norteadores (Artigo 5º), 295**

*Regina Vera Villas Bôas e Ivan Martins Motta*

1. Notas introdutórias: Leis de Licitações e Contratos Administrativos (Nova e Velha Leis) e seus princípios jurídicos norteadores.....	296
2. Instituto da Licitação e alterações significativas trazidas pela Lei nº 14.133/21 .....	299
3. Hermenêutica constitucional dos princípios jurídicos e teleologia da nova Lei.....	305
4. Princípios jurídicos norteadores do procedimento licitatório trazidos pela nova Lei de Licitações .....	309
5. Notas conclusivas.....	332
6. Referências.....	335

#### **Capítulo III Das Definições (Art. 6), 339**

#### **Capítulo IV, 353 Dos Agentes Públicos (Arts. 7 a 10), 355**

## **I. Comentário Específico – Os Atores do Processo de Contratação na Lei nº 14.133/21, 359**

*Christianne de Carvalho Stroppa*

1. Introdução .....	359
2. Governança das contratações .....	361
3. Segregação de funções .....	362
4. Gestão por competências .....	364
5. Atores do Processo de Contratação .....	365
6. Conclusão .....	369
Referências .....	370

## **II. Nova Lei de Licitações e a Responsabilidade dos Agentes Envolvidos no Procedimento Licitatório, 373**

*Daniel Castro Gomes da Costa e Delso Silva Neves*

1. Introdução .....	373
2. Dos agentes públicos.....	375
2.1. Agentes Públicos: designação genérica dos servidores públicos envolvidos na condução dos processos licitatórios, distinguidos por especialidade e vocação.....	375
2.2. Desdobramentos da especialização nos campos da validade do atos administrativos e da responsabilização dos agentes públicos envolvidos .....	381
3. Conclusão .....	393
4. Referências.....	394

## **III. Conflitos de agência, de risco moral e de seleção adversa nas contratações disciplinadas pela Lei 14.133/21, 397**

*Fernando W. Bunemer Nabas*

Introdução .....	397
Introdução aos conceitos da Teoria do Conflito de Agência, do risco moral e da seleção adversa, e implicações nas contratações da Administração Pública, segundo estudos empíricos publicados .....	398
Teoria do Conflito de Agência .....	398
Risco moral.....	402
Seleção adversa.....	404
Estudos empíricos aplicados a contratações por parte da Administração Pública .....	405

Disposições da Lei 14.133/21 e caso prático de mecanismos que visam combater conflitos de agência, risco moral e seleção adversa.....	409
Disposições da Lei 14.133/21 aplicáveis ao combate de conflitos de agência, risco moral e seleção adversa .....	410
Casos práticos de mecanismos que visam combater conflitos de agência, risco moral e seleção adversa .....	414
Conclusão.....	418
Referências .....	419

## **Título II**

### **Das Licitações, 421**

#### **Capítulo I – Do Processo Licitatório (Arts. 11 a 17), 421**

##### **I. O processo licitatório: objetivos (art. 11), formalidades (art. 12 e 13) e condições de participação (art. 14 a 16), 431**

*Marina Fontão Zago*

1. Enfim, uma nova lei de licitações e contratos.....	431
2. Os novos objetivos da licitação (art. 11).....	432
3. Simplificação dos procedimentos e prevalência do conteúdo sobre a forma (art. 12 e 13).....	436
4. Vedações à participação (art. 14) .....	439
5. Regras para participação de consórcio (art. 15).....	443
6. Regras para participação de cooperativas (art. 16).....	446
7. Referências.....	447

##### **II. Comentário Específico: Dever de Planejamento na Contratação Pública, 449**

*José Vicente Santos de Mendonça e André Ribeiro Tosta*

1. Introdução .....	449
2. Contextualização: planejamento como governança pública .....	450
3. O planejamento contratual na Lei nº 14.133/21.....	454
4. Um conteúdo minimalista para o dever de planejamento contratual.....	458
5. Conclusão .....	460
Referências Bibliográficas.....	461

### **III. A primazia dos meios digitais na Nova Lei de Licitações, 463**

*Roberto Ricomini Piccelli e Heloisa Helena Silva*

I. Introdução.....	463
II. Estado da digitalização no Brasil .....	464
III. Digitalização das licitações .....	467
III.1. Exigências de divulgação e padronização (antes e depois da licitação) .....	468
III.2. Simplificação documental (assinatura eletrônica, aceitação de documentos digitalizados, etc.) .....	471
III.3. Procedimento eletrônico.....	472
IV. Conclusão .....	473

### **IV. Comentário Específico – A imposição de condições peculiares pelo agente estrangeiro financiador na Lei nº 14.133/2021: limites e possibilidades, 477**

*Bruno Mitsuo Nagata*

1. Licitações e Contratos financiados com recursos de organismo internacional de crédito e a disciplina da Lei nº 14.133/2021 .....	477
2. O parâmetro material de validade: do princípio do julgamento objetivo aos princípios constitucionais .....	479
3. Limites e possibilidades: o casuismo no reconhecimento da constitucionalidade das regras diferenciadas exigidas por agentes internacionais financiadores .....	481
4. Dialética principiológica e a ampliação das possibilidades .....	486
Referência Bibliográficas .....	489

## **Capítulo II**

### **Da Fase Preparatória (Arts 18 a 27), 491**

#### **Seção I**

### **Da Instrução do Processo Licitatório, 491**

#### **I. Comentário Geral ao Capítulo II – Da Fase Preparatória, 505**

*Renata Nadalin Meireles Schirato*

Introdução .....	505
Da Fase Preparatória e sua abordagem pela doutrina .....	506

Da imprescindibilidade da fase preparatória .....	509
Do Regramento da 14.133 .....	511
Elementos centrais .....	511
Do Procedimento .....	514
Conclusão.....	517
Referências .....	519

## **Seção II**

### **Das Modalidades de Licitação(Arts. 28 a 32), 521**

#### **I. Ainda faz algum sentido falar em modalidades de licitação?, 529**

*Vitor Rhein Schirato*

I. Introdução .....	529
II. Processo, finalidade e modalidades de licitação .....	531
III. Modalidades na Lei 14.133/2021.....	533
IV. Conclusão .....	538
Referências .....	539

#### **II. Das Modalidades de Licitação (arts. 28 a 32), 541**

*Luiz Felipe Hadlich Miguel e Rodrigo de Pinho Bertocelli*

1. Modalidades de licitação na Lei nº 14.133/2021.....	541
2. Do pregão (art. 28, I, da nova Lei) (modalidade anteriormente prevista na Lei nº 10.520/02) .....	543
3. Da concorrência (art. 28, II, da nova Lei) (modalidade anteriormente prevista no art. 22, I, da Lei nº 8.666/93).....	545
4. Do concurso (art. 28, III da nova Lei) (modalidade anteriormente prevista no art. 22, IV, da Lei nº 8.666/93) .....	546
5. Do leilão (art. 28, IV da nova Lei) (modalidade anteriormente prevista no art. 22, V, da Lei nº 8.666/93) .....	546
6. Do diálogo competitivo .....	547
6.1. Experiência estrangeira .....	553
7. Conclusão .....	554
8. Referências.....	555

### **III. Comentário Específico: O pregão – panorama da modalidade, 557**

*Tiago Cripa Alvim*

1. Introdução .....	557
2. O pregão .....	558
a. No Brasil .....	558
b. No mundo .....	561
3. A evolução do pregão no Brasil.....	570
4. O que traz a Lei nº 14.133/2021 .....	579
5. Alguns pontos sobre as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o pregão .....	583
6. Conclusão .....	586
Bibliografia .....	587

### **IV. Comentário Específico – Concorrência, 593**

*Jeferson Sousa Oliveira e Marcelo Benacchio*

1. Introdução .....	593
2. Aspectos gerais da modalidade concorrência na Lei nº 14.133/2021 .....	593
3. Principais características do procedimento licitatório na modalidade concorrência .....	597
4. Conclusão .....	600
5. Referências.....	600

### **V. Comentário ao Artigo 30 da Lei 14.133/21 – Concurso, 603**

*Ana Carolina Miranda de Oliveira*

1. Definição legal .....	603
2. Objeto.....	604
3. Peculiaridades da modalidade concurso .....	605
4. Inovação legislativa: critério de julgamento das propostas .....	608
5. Edital.....	610
5.1. A qualificação exigida dos participantes.....	611
5.2. As diretrizes e formas de apresentação do trabalho.....	611
5.3. As condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.....	612
5.4. Cessão dos direitos patrimoniais pelo vencedor à Administração ...	613
6. Prazo mínimo para apresentação dos trabalhos.....	614
7. Agente de contratação e Comissão de contratação .....	615
Referências .....	617

## **VI. Comentário sobre a Modalidade Licitatória do Leilão, 619**

*Josué Mastrodi Neto, Lucas Catib De Laurentiis e*

*Suzana Maria Loureiro Silveira*

1. Correspondência do dispositivo comentado com o quanto previsto na Lei federal n. 8.666/1993 .....	619
2. Introdução .....	620
3. Comentário à lei e à jurisprudência administrativa .....	622
4. Referências.....	629
Normas, documentos oficiais e bibliografia consultada.....	629

## **VII. O Diálogo Competitivo na Nova Lei de Licitações e Contratos, 631**

*Alexandre Santos de Aragão*

I. Introdução .....	631
II. Panorama geral da consensualidade e da participação dos particulares nas decisões administrativas e o princípio da indisponibilidade do interesse público .....	633
III. Diálogo competitivo no direito comparado .....	635
IV. Diálogo competitivo na lei nº 14.133/2021 .....	642
IV.1. Fase de Qualificação .....	645
IV.2. Fase do Diálogo .....	648
IV. 3. Fase Competitiva .....	651
V. O diálogo competitivo e outras formas de participação de particulares em decisões administrativas sobre contratações públicas .....	652
VI. Conclusão.....	654
Referências bibliográficas .....	656

## **VIII. O Diálogo Competitivo na Nova Lei de Licitações: A Consensualidade Robustecida, 657**

*André Cyrino e Francisco Defanti*

1. Introdução .....	657
2. O caminho da consensualidade administrativa .....	659
3. O diálogo competitivo na nova lei de licitações .....	666
4. Conclusão .....	674

## **IX. Comentário Específico ao Artigo 180 – o Diálogo Competitivo no Âmbito das Parcerias Público-Privadas, 677**

*Nara Carolina Merlotto e Victor Carvalho Pessoa de Barros e Silva*

1. Introdução .....	677
2. O diálogo competitivo: O que se sabe sobre e como ele foi disciplinado? .....	679
3. A implementação de PPPs por meio do diálogo competitivo: desafios a serem enfrentados .....	682
4. Considerações finais .....	686
5. Referências .....	687

### **Seção III**

## **Dos Critérios de Julgamento (Arts. 33 a 39), 691**

### **I. Comentário Específico – Os Critérios de Julgamento na Nova Lei de Licitações (Arts. 33 a 39), 695**

*Camillo Giamundo*

1. Introdução .....	695
2. Os critérios de julgamento .....	695
2.1. Menor preço (Art. 33, inc. I) .....	697
2.2. Maior desconto (Art. 33, inc. II) .....	699
2.3. Melhor técnica ou conteúdo artístico (Art. 33, inc. III) .....	700
2.4. Técnica e preço (Art. 33, inc. IV) .....	701
2.5. Maior lance, no caso de leilão (Art. 33, inc. V) .....	705
2.6. Maior retorno econômico (Art. 33, inc. VI) .....	705
3. Referências .....	707

### **II. A Incorporação da Sustentabilidade no Julgamento da Melhor Proposta na Nova Lei de Licitações, 709**

*Anna Beatriz Savioli*

1. Considerações introdutórias .....	709
2. Evolução da concepção de vantajosidade nas contratações públicas .....	710
3. Critérios de julgamento na nova lei de licitações .....	715
4. A incorporação do vetor da sustentabilidade no julgamento de posturas .....	718

5. Conclusões.....	723
Bibliografia .....	724

### **III. Comentário Específico – Contratos de Eficiência, 725**

*Kleber Luiz Zanchim e Bárbara Teixeira*

1. Introdução .....	725
2. Comentário ao artigo 39 da lei nº 14.133/2021.....	728
2.1. Maior retorno econômico .....	728
2.2. Remuneração .....	729
2.3. Contrato de risco .....	730
2.4. Estrutura contratual.....	732
3. Considerações Finais .....	733
4. Referências.....	734

**Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho**  
**Roberto Ricomini Piccelli**  
**Carmen Silvia L. de Arruda**  
*Coordenadores*

# **LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**COMENTADA – LEI Nº 14.133/2021**

## **VOLUME II**

### **ARTIGO 40 AO 123**

Adilson Abreu Dallari	José Augusto Dias de Castro
Afonso de Barros Faro Júnior	José Egidio Altoé Junior
Alexandra Fuchs de Araújo	José Maurício Conti
Alexandre Jorge Carneiro da C. Filho	José Virgílio Lopes Enei
Alexandre Levin	Julio César Moreira Barboza
Aline Lícia Klein	Jéssica Suruagy Amaral Borges
Ana Clara Klein Pegorim	Júlia Maria Plenamente Silva
André Tito da Motta Oliveira	Laís Menegon Youssef
Arthur Paku Ottolini Balbani	Leticia Lins de Alencar
Beatriz Mendes Niyama	Luiz Felipe Bezerra Almeida Simões
Bernardo Strobel Guimarães	Luís Gustavo Faria Guimarães
Bruno Grego-Santos	Marco Antônio Moraes Alberto
Bruno Guimarães Bianchi	Maria Fernanda de Toledo Rodovalho
Caio Augusto Nazario de Souza	Marinês Restelatto Dotti
Caio Cesar Figueiroa	Michel Kurdoglian Lutaif
Caio de Souza Loureiro	Mário Saadi
Carmen Silvia Lima de Arruda	Mônica de Almeida Magalhães Serrano
Daniel Borda	Rachel Letícia Curcio Ximenes
Daniel Bulha de Carvalho	Rafael Vêras de Freitas
Evandro Maciel Barbosa	Ricardo Marcondes Martins
Felipe Faiwichow Estefam	Roberto Ricomini Piccelli
Fernanda Esbizaro Rodrigues Rudnik	Sarah Ladeira Lucas
Guilherme Carvalho	Vera Lucia Angrisani
Guilherme Favaro Corvo Ribas	Wanderley José Federighi
Heloísa de Andrade Alves	Wilson Levy

**ALEXANDRE JORGE CARNEIRO DA CUNHA FILHO; ROBERTO RICOMINI PICCELLI; CARMEN SILVIA L. DE ARRUDA (COORDS.)**

*Lei de Licitações e Contratos – Comentada – Lei nº 14.133/2021 – Volume II*  
São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-165-9

1. Direito Administrativo. 2. Licitações. 3. Lei nº 14.133/2021. 4. Fases. 5. Edital.  
6. Propostas e Lances. 7. Julgamento. 8. Habilitação. 9. Inexigibilidade.  
10. Instrumentos Auxiliares. 11. Contratos Administrativos. 12. Garantias.  
13. Alocação de Riscos. 14. Duração. I. Título.

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

*Finalização*

Anderson dos Santos Pinto

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Vandemilson Cabral

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

### TÍTULO II Das Licitações, 21

#### CAPÍTULO II, 23 Da Fase Preparatória (Arts. 40 a 52), 23

**Seção IV – Disposições Setoriais – Subseção I (Art. 40 a 44) .....25**

#### **I. Licitação para compras: comentários aos artigos 40 a 44 da Lei Federal 14.133/2021, 31**

*Daniel Borda e Bruno Guimarães Bianchi*

1. Introdução .....	31
2. Cenário das compras públicas no Brasil em uma perspectiva prática.....	33
3. Planejamento das compras pela Administração Pública: do estabelecimento das necessidades à forma de adimplemento das obrigações.....	35
4. A questão do parcelamento para as compras da Administração.....	42
5. A escolha de marcas e a realização de prova de conceito.....	44
6. Considerações finais.....	49
Referências Bibliográficas .....	51

#### **II. Comentário Específico – Os Princípios da Padronização e Parcelamento nas Compras Públicas, 53**

*Felipe Faiwichow Estefam e Sarah Ladeira Lucas*

1. Introdução .....	53
2. As compras pela Administração Pública .....	54
3. A padronização .....	55
4. O parcelamento .....	61
5. Conclusão .....	62
6. Referências.....	63

**Subseção II (Arts. 45-46) – Das Obras e Serviços de Engenharia .....65**

### **III. Obras e Serviços de Engenharia no Novo Marco Legal das Licitações, 69**

*Marinês Restelatto Dotti*

1. Introdução .....	69
2. A contratação de obra e serviço de engenharia no regime jurídico da Lei nº 8.666/1993 e no âmbito da Lei nº 10.520/2002 .....	70
3. Modalidades licitatórias previstas na nova lei de licitações: quadro representativo .....	72
4. Definições de obra, serviço e serviço de engenharia, comum e especial: quadro comparativo.....	75
5. Resolução nº 1.116, de 26 de abril de 2019 (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA) .....	78
6. Reforma de edifício.....	79
7. Definição do objeto da licitação por profissional habilitado.....	81
8. Orientação Técnica IBR 002/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP .....	83
9. Acessibilidade .....	85
10. Cronograma físico-financeiro .....	86
10.1. Competência para a elaboração do cronograma físico-financeiro ....	86
11. Projeto executivo.....	89
12. Registro de preços de obra e serviço de engenharia .....	91
12.1. Adesão à ata de registro de preços de obra ou serviço de engenharia ....	93
12.2. Adesão à ata de registro de preços (critérios e condições particulares do órgão gerenciador).....	94
13. Conclusão .....	95
Referências .....	96
<b>Subseção III – Dos Serviços em Geral (Arts. 47-50) .....</b>	<b>97</b>

### **IV. Comentários à Licitação de Serviços em Geral da Lei nº 14.133/2021, 101**

*André Tito da Motta Oliveira*

1. Introdução .....	103
2. Comentários gerais .....	104
2.1. As distinções entre regras e princípios e o art. 47.....	104
2.2. O art. 48 e sua leitura constitucional.....	106
2.3. Aspectos paradoxais do art. 49 .....	109
2.4. Comentários gerais ao art. 50.....	110

3. Conclusão .....	111
Referências .....	112
<b>Subseção IV – Da Locação de Imóveis (Art. 51) .....</b>	<b>113</b>

## **V. Da Locação de Imóveis, 115**

*Luiz Felipe Bezerra Almeida Simões e Guilherme Carvalho*

1. Introdução .....	115
2. Locação de imóveis na Lei nº 8.666/1993 e a jurisprudência do TCU.....	116
3. Locação de imóveis na Lei nº 14.133/2021 .....	120
4. Locação sob medida ( <i>built to suit</i> ) .....	122
5. Considerações finais.....	125
Referências .....	125
<b>Subseção V – Das Licitações Internacionais (Art. 52).....</b>	<b>129</b>

## **VI. Licitações Internacionais, 131**

*Roberto Ricomini Piccelli*

Disposição da Lei n. 14.133/21 .....	131
Disposição da Lei n. 8.666/93 .....	132
I. Introdução.....	133
II. Das licitações com recursos de agências de cooperação ou organismo financeiro internacional.....	135
III. Especificidades e isonomia .....	137
IV. Divulgação e digitalização.....	140
V. Outras disposições.....	141
VI. Conclusão.....	142

## **CAPÍTULO III**

### **Da Divulgação do Edital de Licitação (Arts. 53-54), 145**

#### **I. A atuação do órgão de assessoramento jurídico na nova Lei de Licitações, 149**

*Júlia Maria Plenamente Silva*

I. Introdução.....	149
II. A extensão e a finalidade da atuação do órgão de assessoramento jurídico.....	151
III. A natureza jurídica do controle prévio de legalidade e a segregação de funções.....	156

IV. Conclusão .....	163
V. Referências bibliográficas .....	164

## CAPÍTULO IV

### Da Apresentação de Propostas e Lances, 167

Arts. 55 a 58 .....	169
---------------------	-----

#### I. Comentários Gerais sobre o Capítulo IV da

#### Lei 14.133/2021 “Da Apresentação de Propostas e Lances”, 173

*Daniel Bulha de Carvalho*

1. Introdução .....	173
2. Dos prazos mínimos para divulgação do Edital e da ofensa ao princípio da competitividade do certame.....	174
3. Modificações no Edital e seus impactos nos prazos de divulgação.....	176
4. Modos de disputa e suas vedações.....	177
5. A garantia de proposta .....	178
6. Considerações Finais .....	180
7. Referências.....	181

## CAPÍTULO V

### Do Julgamento, 183

Arts. 59 a 61 .....	185
---------------------	-----

#### I. Comentários aos artigos 59 a 61 da Lei nº 14.133/2021, 189

*Vera Lucia Angrisani e Arthur Paku Ottolini Balbani*

1. Introdução .....	189
2. Comentários ao artigo 59 da Lei nº 14.133/2021.....	190
2.1. Dispositivo legal.....	190
2.2. Comentários preliminares.....	191
2.3. Desclassificação decorrente de fins legais (art. 59, I) .....	192
2.4. Desclassificação decorrente de desconformidade editalícia (art. 59, II e V, e §1º) .....	193
2.5. Desclassificação decorrente de inexequibilidade ou inobservância de preço máximo (art. 59, III e IV, e §§2º a 5º).....	195
3. Comentários ao artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.....	200
3.1. Dispositivo legal.....	200
3.2. Comentários preliminares.....	201

3.3. Critérios de desempate em sentido estrito (art. 60, <i>caput</i> ).....	201
3.4. Critérios genéricos de preferência (art. 60, §1º) .....	207
3.5. O critério especial de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte (art. 60, §2º).....	216
4. Comentários ao artigo 61 da Lei nº 14.133/2021.....	217
4.1. Dispositivo legal.....	217
4.2. Comentários acerca do dispositivo.....	218
5. Considerações finais acerca do Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.....	220
Referências Bibliográficas.....	223

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Habilitação, 225**

Arts. 62 a 70 .....	227
---------------------	-----

#### **I. Habilitação, 235**

*Caio de Souza Loureiro*

#### **II. Comprovação de capacidade técnica de engenharia nas licitações nacionais e internacionais na Lei nº 14.133/21, 267**

*Adilson Abreu Dallari*

I. Considerações iniciais .....	267
II. Considerações gerais sobre a questão especificamente em debate .....	268
III. Legislação aplicável ao tema em exame.....	271
IV. Conclusões.....	273

## **CAPÍTULO VII**

### **Do Encerramento da Licitação, 275**

Art. 71 .....	277
---------------	-----

#### **I. Do Encerramento da Licitação, 279**

*Afonso de Barros Faro Júnior e Maria Fernanda de Toledo Rodovalho*

1. Texto Legal .....	279
2. Quadro Comparativo.....	280
3. Contexto da mudança.....	282
4. Visão geral do art. 71 .....	289
4.1. Correção de Irregularidades .....	292
4.2. Revogação.....	293

4.3. Anulação.....	294
4.4. Adjudicação e Homologação .....	295
5. Conclusão .....	297
6. Referências.....	298

## **II. Comentário específico sobre o encerramento da licitação: a atenção à motivação e à contratação como questão de Estado, 301**

*Mário Saadi*

Correspondência do capítulo com o quanto previsto pela Lei 8.666/1993 ...	301
1. Introdução .....	301
2. Lei 8.666 e Lei 14.133: do motivo pertinente e suficiente ao fato superveniente devidamente comprovado.....	302
3. Lei de Processo Administrativo e motivação dos atos.....	305
4. Lei das Empresas Estatais e os óbices manifestos e incontornáveis ....	305
5. Nova Lei de Licitações e o planejamento como questão de Estado....	306
6. Conclusão .....	308

## **CAPÍTULO VIII Da Contratação Direta, 309**

Arts. 72 a 75 .....	311
---------------------	-----

### **I. A Licitação: Notas sobre a sua Dispensa e Inexigibilidade, 319**

*Wanderley José Federighi*

Introdução .....	319
1. A obrigatoriedade da licitação como preceito constitucional. A legislação aplicável. As exceções a tal obrigatoriedade .....	321
2. A previsão legal da dispensa e da inexigibilidade da licitação. A diferença entre uma e outra .....	325
3. A dispensa da licitação: a licitação dispensada e a licitação dispensável. Os vários casos previstos em lei.....	327
4. A inexigibilidade de licitação. Os casos previstos em lei .....	341
5. As alterações da legislação. Os casos que deixaram de figurar nas listas e as novas hipóteses de dispensa e inexigibilidade.....	345
6. A motivação da dispensa e da inexigibilidade como preceito legal. A responsabilidade dos agentes públicos e dos licitantes. Considerações finais .....	350
Referências Bibliográficas .....	352

## **II. Inexigibilidade de Licitação: Comentários ao Art. 74 da Lei 14.133/21, 355**

*Ricardo Marcondes Martins*

1. Introito.....	357
2. Pressuposto lógico: licitação impossível .....	359
2.1. Fornecedor, prestador ou adquirente singular.....	361
2.2. Contratação de artista .....	363
2.3. Credenciamento.....	366
2.4. Aquisição ou locação de imóveis .....	367
3. Pressuposto fático: licitação inviável.....	369
3.1. Serviço singular.....	370
4. Pressuposto jurídico: licitação proibida .....	373
Referências bibliográficas .....	375

## **III. Novas hipóteses de dispensa de licitação da Lei nº 14.133/2021, 377**

*Carmen Sílvia Lima de Arruda*

1. Introdução .....	377
2. Devida instrução do processo de dispensa de licitação.....	381
2.1. Motivação .....	382
2.2. Regularidade fiscal.....	383
3. Rol das hipóteses de dispensa de licitação.....	384
3.1. Dispensa em razão do valor .....	385
3.1.1. Pesquisa de preços.....	385
3.1.2. Dos serviços de manutenção de veículos automotores .....	386
3.1.3. Disposições comuns aos incisos I e II – Aferição dos valores .....	386
3.1.4. Inciso I – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores .....	387
3.1.5. Inciso II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00, no caso de outros serviços e compras .....	388
3.2. Licitação deserta ou fracassada .....	388
3.3. Hipóteses de dispensa em razão do objeto.....	389
3.4. Incentivo à pesquisa .....	391
3.5. Segurança nacional .....	392
3.6. Estados excepcionais.....	392

3.7. Emergência e Calamidade pública.....	393
3.8. Administração como contratada .....	396
3.9. Intervenção no domínio econômico.....	397
3.10. Contrato de programa.....	398
3.11. Transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS .....	399
3.12. Profissional de notória especialização.....	400
3.13. Associação de pessoas com deficiência.....	401
3.14. Instituição de Ensino e Pesquisa .....	401
3.15. Insumos para a saúde .....	402
4. Outras hipóteses de dispensa de licitação .....	403
5. Conclusão .....	404
Referências .....	404

## **CAPÍTULO IX**

### **Das Alienações, 411**

Arts. 76 a 77 .....	413
---------------------	-----

#### **I. Comentário Geral ao Capítulo IX da Lei 14.133/2021, 417**

*Mário Saadi*

Correspondência do capítulo com o quanto previsto pela Lei 8.666/1993...	417
1. Introdução .....	420
2. Semelhança das disposições .....	421
3. Diferenças específicas .....	421
4. A questão específica das entidades paraestatais.....	423
5. Conclusão .....	425

#### **II. Comentário específico ao art. 77 – Direito de preferência do ocupante para a aquisição de bem imóvel da administração pública, 427**

*Letícia Lins de Alencar e Ana Clara Klein Pegorim*

I. Considerações Preliminares.....	427
II. Antecedentes do direito de preferência: o regime da Lei nº 8.666/93 e legislação correlata .....	428
III. O direito de preferência do ocupante para a aquisição de bem público na Lei 14.133/2021.....	430
IV. Possíveis discussões em torno da constitucionalidade do direito de preferência previsto na Lei 14.133/2021 .....	433

V. Considerações Finais.....	435
Referências .....	436

## CAPÍTULO X

### Dos Instrumentos Auxiliares, 437

#### I. Comentário Específico – Art. 78: Dos Procedimentos Auxiliares, 441

*Fernanda Esbizaro Rodrigues Rudnik*

1. Introdução .....	441
2. Procedimentos auxiliares na Lei nº 14.133/ 2021: contornos e especificidades.....	442
2.1. A natureza facultativa dos procedimentos auxiliares .....	442
2.2. A natureza instrumental dos procedimentos auxiliares .....	443
2.3. A autonomia dos procedimentos auxiliares .....	444
3. Reflexões sobre a aplicabilidade e a abrangência dos procedimentos auxiliares.....	445
3.1. Sobre a aplicabilidade do art. 78 da Lei nº 14.133/2021.....	446
3.2. Sobre a abrangência dos regulamentos de execução de lei geral federal .....	447
3.2.1. Ainda a discussão sobre o conceito de “normas gerais de licitação e contratação”.....	447
3.2.2. Há espaço para os regulamentos nacionais.....	449
3.2.3. Regulamento nacional não elide o poder normativo dos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	452
4. Conclusões.....	453
5. Referências.....	453
Art. 79 .....	455

#### II. O Credenciamento na Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), 457

*José Virgílio Lopes Enei e Jéssica Suruagy Amaral Borges*

1. Introdução .....	457
2. As primeiras experiências em credenciamento (anteriores à Nova Lei de Licitações) .....	459

3. O Credenciamento na Nova Lei de Licitações .....	467
4. Hipóteses de Credenciamento .....	470
5. Outras Questões Relevantes .....	473
6. Conclusões.....	475
Referências bibliográficas .....	476
Art. 80 .....	479

### **III. Comentário Específico – Da Pré-Qualificação, 481**

*Rachel Letícia Curcio Ximenes e Wilson Levy*

Introdução.....	481
1. Para começo de conversa: novos ares do Direito Administrativo .....	482
2. Da pré-qualificação na Lei Federal nº 8.666/1993 .....	484
3. Do Projeto de Lei (PL) do Senado nº 559/2013 .....	486
4. Da pré-qualificação na Lei Federal nº 14.133/2021 .....	489
Conclusão.....	491
Referências bibliográficas .....	492
Art. 81 .....	493

### **IV. Cooperação como base da licitação: o procedimento de manifestação de interesse na Lei 14.133/2021, 495**

*Roberto Ricomini Piccelli e Beatriz Mendes Niyama*

Introdução .....	495
1. Procedimento de Manifestação de Interesse: histórico legislativo precedente à Lei n. 14.133/2021 .....	497
2. Integração no sistema geral de licitação .....	501
Considerações finais .....	508
Referências bibliográficas .....	509
Arts. 82 a 86 .....	511

### **V. Comentários às normas da Lei nº 14.133/2021 sobre o Sistema de Registro de Preços (SRP) – arts. 82 a 86, 515**

*Alexandre Levin*

1. Introdução .....	515
2. Conceitos sobre o sistema de registro de preços constantes da Lei nº 14.133/2021 – conceito de sistema de registro de preços.....	516

2.1. Conceito de ata de registro de preços.....	517
2.2. Conceito de órgão ou entidade gerenciadora .....	520
2.3. Conceito de órgão ou entidade participante .....	521
2.4. Conceito de órgão ou entidade não participante.....	522
3. Procedimento do sistema de registro de preços na Lei nº 14.133/2021 ....	526
3.1. Sistema de registro de preços para executar obras e serviços de engenharia .....	527
3.2. Prévia pesquisa de mercado.....	528
3.3. Normas sobre o sistema de registro de preços previstas em regulamentos .....	529
3.4. Rotina de controle e atualização dos preços registrados .....	529
3.5. Prazo de validade da ata de registro de preços.....	530
3.6. Prazo de validade do contrato decorrente da ata de registro de preços.....	530
3.7. Cadastro de reserva .....	531
3.8. Julgamento de menor preço por grupo de itens .....	531
3.9. Registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação ...	532
3.10. Vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto.....	533
4. Conclusão .....	534
5. Referências.....	534
 Art. 87 a 88.....	 537

## **VI. A Lei 14.133/2021 e o registro cadastral, 539**

*Mônica de Almeida Magalhães Serrano e Heloísa de Andrade Alves*

1. Introdução .....	539
2. Do registro cadastral: conceito e especificações.....	540
3. Conclusões.....	550
Referências .....	550

## **TÍTULO III**

### **Dos Contratos Administrativos, 551**

#### **Capítulo I**

#### **Da Formalização dos Contratos, 553**

Arts. 89 a 95 .....	555
---------------------	-----

# I. Regime de Direito Público, Instrumentos Formais e Elementos Essenciais do Contrato Administrativo.

## Lei n. 14.133/2021, Art. 89 a 95, 563

*Marco Antônio Moraes Alberto*

1. Introdução .....	563
2. O “regime de direito público” na Lei n. 14.133/2021: parâmetros e possibilidades interpretativas .....	564
2.1. Dois sentidos de “regime”.....	564
2.2. O “regime jurídico-administrativo” na tradição do direito administrativo brasileiro .....	570
2.3. Funções metodológicas da noção de “regime administrativo”.....	575
2.4. A opção do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.....	579
3. Instrumentos formais e elementos essenciais do contrato administrativo na Lei n. 14.133/2021.....	582
3.1. Formalização em sentido estrito: convocação do contraente e instrumentalização do contrato.....	582
3.2. Os elementos “essenciais” do contrato administrativo na Lei n. 14.133/2021 .....	586
3.3. Novas soluções para novos problemas: contrato administrativo eletrônico, contrato administrativo internacional, propriedade intelectual em ciência, tecnologia e inovação, e meio de divulgação dos contratos administrativos .....	590
4. Conclusão.....	593
Bibliografia .....	594

## CAPÍTULO II

### Das Garantias, 597

Art. 96 a 102.....	599
--------------------	-----

## I. Comentários Gerais ao Capítulo II, 603

*Bernardo Strobel Guimarães e Caio Augusto Nazario de Souza*

Art. 96 da Nova Lei de Licitações -->	
Art. 56 da Antiga Lei de Licitações.....	603
1. Introdução .....	603
2. Garantias em Espécie .....	605
2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública .....	606
2.2. Seguro-garantia.....	607

2.3. Fiança bancária .....	609
3. Suspensão contratual por parte da administração .....	609
4. Prazo para a prestação da garantia .....	610
Art. 97 da nova lei de licitações --> sem correspondente na lei anterior.....	611
1. Seguro-garantia e sua regulamentação .....	611
Art. 98 da nova lei de licitações --> §§ 2º e 3º do art. 56 da antiga lei de licitações.....	612
1. Porcentuais da garantia .....	612
Art. 99 da nova lei de licitações --> sem correspondente na lei anterior.....	614
1. Seguro-garantia e os contratos de obras e serviços de engenharia de grande vulto .....	614
Art. 100 da nova lei de licitações --> § 4º do art. 56 da antiga lei de licitações .....	614
Art. 101 da nova lei de licitações --> § 5º do art. 56 da antiga lei de licitações .....	615
1. Garantia e depósito de bens.....	615
Art. 102 da nova lei de licitações --> sem correspondente na lei anterior .....	616
Comentários: O Seguro-garantia e a cláusula de retomada .....	616
Comentários: O papel da seguradora como fiscal da regular execução do contrato .....	620
Referências .....	623

## **CAPÍTULO III**

### **Da Alocação de Riscos, 625**

Art. 103 .....	627
----------------	-----

#### **I. Comentário Geral ao Capítulo III – Da Alocação de Riscos, 629**

*Rafael Vêras de Freitas e José Egidio Altoé Junior*

Introdução .....	629
1. Repartição de riscos e incompletude contratual .....	633
2. O “Risco” como um elemento econômico dos contratos .....	637
3. O fim da Teoria da Imprevisão e os novos quadrantes da repartição de riscos em contratos administrativos.....	640
4. A Repartição de Riscos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).....	645

Conclusões .....	649
Referências .....	650

## **II. Comentário Específico aos Capítulos III – Da Alocação de Riscos e VII – Da Alteração dos Contratos e dos Preços do Título III – Dos Contratos Administrativos. Alterações Contratuais e Matriz de Riscos na Nova Lei de Licitações, 653**

*Aline Lícia Klein e Caio Cesar Figueiroa*

1. Introdução .....	653
2. Da alteração dos contratos na Lei nº 14.133/21: O que mudou?.....	654
2.1. Premissa: a relação entre alteração contratual, matriz de risco e equilíbrio econômico-financeiro .....	654
2.2. Alterações unilaterais e bilaterais .....	657
2.3. Restrições das alterações nas contratações integradas e semi-integradas .....	660
3. Matriz de riscos e alterações contratuais .....	662
4. Mutabilidade endocontratual e alterações consensuais da matriz de riscos: protagonismo do contrato para lidar com eventos supervenientes e extracontratuais.....	667
5. Considerações finais.....	673
Referências .....	674

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Prerrogativas da Administração, 677**

Art. 104 .....	679
----------------	-----

## **I. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Anotada. Comentário Geral ao Capítulo IV – Das Prerrogativas da Administração do Título III – Dos Contratos Administrativos, 681**

*Bruno Grego-Santos*

Dispositivo analisado da Lei nº 14.133/2021 .....	681
Dispositivo correspondente na Lei nº 8.666/1993 .....	682
1. Introdução .....	682
2. Relações entre contrato administrativo e contrato privado .....	684
3. Contratos da administração e contratos administrativos.....	687

4. Caracterização dos contratos administrativos .....	690
5. Efeitos das cláusulas exorbitantes .....	694
6. Referências .....	697

## **II. Cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, 699**

*Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho e Alexandra Fuchs de Araújo*

1. Do regime jurídico de Direito Público.....	699
2. Cláusulas exorbitantes no contrato administrativo: futuro imaginado e estado da arte na nova Lei de Licitações .....	702
2.1. Cláusulas em espécie e sua exorbitância.....	705
2.1.1. Alteração unilateral do contrato administrativo.....	708
2.1.2. Extinção unilateral dos contratos .....	714
2.1.3. Fiscalizar e aplicar sanções.....	716
2.1.4. Ocupação temporária.....	719
2.1.5. Inaplicabilidade da exceção do contrato não cumprido.....	722
3. Direito do contratado à preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato .....	724
3.1. A exorbitância do precatório.....	726
4. Conclusão .....	726
5. Referências.....	727

## **CAPÍTULO V**

### **Da Duração dos Contratos, 731**

Arts. 105 a 114 .....	733
-----------------------	-----

#### **I. Capítulo V. Da duração dos contratos, 737**

*José Maurício Conti e Evandro Maciel Barbosa*

1. Considerações gerais e notas ao texto anterior .....	739
1.1. Os créditos orçamentários e os contratos administrativos.....	741
1.2. Os contratos administrativos e a plurianualidade.....	744
2. As despesas de caráter continuado .....	749
2.1. O fornecimento contínuo .....	753
2.2. Do regime de fornecimento com prestação de serviço associado .....	755
3. A extinção antecipada dos contratos contínuos.....	756
4. Demais hipóteses de despesas de caráter contínuo.....	758
5. Contratos que não acarretam desembolso de recursos públicos .....	760

6. Dos contratos por escopo.....	762
7. Contrato por prazo indeterminado.....	764
8. Referências.....	766

## **II. Comentário geral ao Capítulo V do Título III – Da duração dos contratos, 767**

*Michel Kurdoghlian Lutaif e Luis Gustavo Faria Guimarães*

## **III. Comentário específico – Art. 113. Comentários iniciais ao novo regime de fornecimento e prestação de serviço associado, 777**

*Julio César Moreira Barboza e Laís Menegon Youssef*

Sem correspondência com a Lei nº 8.666/1993 .....	777
I. Introdução.....	777
II. Comentários ao regime de fornecimento e prestação de serviço associado.....	778
II.1. Alinhamento de interesses e prestígio à eficiência administrativa.....	780
II.2. Similaridade com as concessões administrativas .....	781
III. Desafios à sua aplicação.....	782
IV. Conclusão .....	785
V. Referências .....	786

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Execução dos Contratos, 787**

Arts. 115 a 123 .....	789
-----------------------	-----

### **I. Capítulo VI – Da execução dos contratos (Artigos 115 a 123 da lei n. 14.133/2021), 793**

*José Augusto Dias de Castro e Guilherme Favaro Corvo Ribas*

**Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho**  
**Roberto Ricomini Piccelli**  
**Carmen Silvia L. de Arruda**  
*Coordenadores*

# **LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**COMENTADA – LEI Nº 14.133/2021**

**VOLUME III**

**ARTIGO 124 AO 194**

Adriana Regina Sarra de Deus	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
Alexandre G. N. Liquidato	Isabella Rossito
Alexandre Jorge Carneiro da C. Filho	José Antonio Aparecido Junior
Alice Voronoff	José Jair Marques Junior
Alvaro Merlos Akinaga Cordeiro	José Roberto Pimenta Oliveira
Amanda Pauli De Rolt	Larissa Lima Luz Mendes
Ana Rita de Figueiredo Nery	Laura Mendes Amando de Barros
André Lucenti Estevam	Leonardo Bissoli
Carmen Silvia Lima de Arruda	Marco Aurélio Sampaio
Caroline Maria Vieira Lacerda	Maria Julia de Souza Rocha de Macedo
Cesar Pereira	Matheus Teixeira Moreira
Diego Jacome Valois Tafur	Natália de Aquino Cesário
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Patrick Bezerra Mesquita
Élida Graziane Pinto	Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Erick Halpern	Rafael Hamze Issa
Fábio Bezerra Cavalcanti de Souza	Rafael Rocha de Macedo
Georghio Alessandro Tomelin	Rafael Vanzella
Giuseppe Giamundo Neto	Rafael Wallbach Schwind
Gláucio Roberto Brittes de Araujo	Reinaldo Roberto Ghesso
Guilherme Afonso Dourado	Renato Toledo
Guilherme Corona Rodrigues Lima	Rodrigo José Fuziger
Guilherme F. Dias Reisdorfer	Sebastião Botto de Barros Tojal
Guilherme Jardim Jurksaitis	Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

**ALEXANDRE JORGE CARNEIRO DA CUNHA FILHO; ROBERTO RICOMINI PICCELLI; CARMEN SILVIA L. DE ARRUDA (COORDS.)**

*Lei de Licitações e Contratos Comentada – Lei nº 14.133/2021 Volume III*  
São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ISBN 978-65-5575-166-6

1. Direito Administrativo. 2. Licitações. 3. Lei nº 14.133/2021. 4. Contratos Administrativos. 5. Extinção dos Contratos. 6. Reequilíbrio Econômico-Financeiro. 7. Pagamentos. 8. Nulidade dos Contratos. 9. Irregularidades. 10. Impugnações. 11. Controle das Contratações. I. Título.

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Victor Gasperazzo Guimarães Nakamura

*Finalização*

Anderson dos Santos Pinto

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Vandemilson Cabral

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

### TÍTULO III Dos Contratos Administrativos, 21

#### CAPÍTULO VII Da Alteração dos Contratos e dos Preços, 23

##### **I. As alterações unilaterais nos contratos administrativos no regime da Nova Lei de Licitações, 31**

*Tarcísio Vieira de Carvalho Neto e Caroline Maria Vieira Lacerda*

1. Localização do tema e problematização.....	31
2. A gênese da nova lei.....	32
3. Alguns aspectos gerais da nova lei.....	33
4. Da (controvertida) natureza jurídica das cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos típicos .....	34
5. Das cláusulas exorbitantes na nova lei.....	38
6. Da prerrogativa pública de alteração unilateral dos contratos administrativos no regime da nova lei.....	39
7. Notas conclusivas .....	45
Referências .....	46

##### **II. Comentários específicos – alterações bilaterais para substituição de garantia, necessidade operacional ou forma de pagamento do contrato administrativo, 49**

*Amanda Pauli De Rolt*

1. Introdução .....	49
2. Alteração da garantia de execução.....	52
3. Alteração do regime de execução .....	52
4. Alteração da forma de pagamento .....	53
5. Conclusão .....	55
6. Referências.....	55

### **III. Comentário específico – alterações bilaterais para reequilíbrio do contrato na nova lei de licitações (art. 124, II, “d”), 57**

*Rafael Vanzella*

1. Introdução .....	57
2. Comparação com a Lei 8.666/93 – art. 65, II, “d” .....	67
2.1. Finalidade .....	69
2.2. Hipóteses .....	71
2.3. Fatores .....	72
2.4. Parâmetros .....	73
3. Conceitos Relevantes no art. 124, II, “d” da Nova Lei de Licitações.....	75
3.1. Equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.....	75
3.2. Caso fortuito e força maior .....	76
3.3. Fato do príncipe.....	78
3.4. Fatos imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis ....	79
3.5. Inviabilidade da execução do contrato tal como pactuado.....	80
4. Repartição objetiva de riscos.....	81
5. Conclusões.....	83
6. Referências bibliográficas.....	85

### **IV. Alteração unilateral do contrato administrativo e a obrigação de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro na Lei 14.133/2021, 87**

*Ana Rita de Figueiredo Nery*

Introdução .....	87
1. Excepcionalidades do contrato administrativo .....	90
2. Desmistificação da natureza exorbitante e a interpretação dos contratos administrativos.....	92
3. A Lei nº 14.133/21 e a alteração unilateral do contrato administrativo ....	100
3.1. Hipóteses de alteração unilateral dos contratos administrativos: alteração qualitativa e alteração quantitativa.....	101
3.2. Limites percentuais para acréscimos ou supressões decorrentes de alterações unilaterais dos contratos administrativos.....	103
3.2.1. Limites percentuais para acréscimos ou supressões decorrentes de alterações unilaterais dos contratos administrativos e a transfiguração da causa do contrato administrativo.....	104
3.3. Alteração unilateral dos contratos administrativos e o poder-dever de apuração da responsabilidade do encarregado técnico.....	107

3.4. Alteração unilateral e os parâmetros da Lei nº 14.133/2021 para fixação dos preços unitários para obras ou serviços .....	108
3.5. Redução da diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência .....	109
3.6. Alterações unilaterais supressivas e o dever de reembolso dos custos de aquisição.....	112
4. Alteração unilateral nas contratações integradas ou semi-integradas.....	112
5. Alteração unilateral e a obrigação de reequilíbrio econômico-financeiro .....	114
5.1 A obrigação de restabelecimento imediato do equilíbrio econômico-financeiro e a formalização do termo aditivo .....	118
Conclusão .....	119
Referências Bibliográficas.....	122

## **V. Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos por variação na carga tributária, 123**

*Cesar Pereira e Isabella Rossito*

1. Objeto.....	123
2. Formação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.....	123
2.1. Tributos indiretos e custos do licitante.....	124
2.2. Exclusão dos tributos incidentes sobre a renda .....	126
2.3. Enquadramento na teoria do fato do príncipe .....	127
3. Caracterização do desequilíbrio por variação na carga tributária .....	129
3.1. Imprescindibilidade de ato estatal .....	129
3.2. Repercussão sobre os preços contratados .....	129
3.3. A questão da insuportabilidade do encargo.....	130
4. Exclusão da eficiência tributária obtida pelo contratado .....	132
5. O caso da revogação da isenção de IOF sobre as operações de crédito efetuadas pelo BNDES.....	134
6. O caso da revogação da isenção de PIS/COFINS sobre receitas financeiras.....	136
7. Alteração de entendimento jurisprudencial com impactos fiscais .....	136
7.1. Incidência de IPTU sobre bens estatais cedidos à pessoa jurídica de direito privado.....	137
7.2. A revisão do entendimento pelo STF .....	138

7.3. Impactos do novo entendimento sobre os contratos em execução ...	139
7.4. A necessidade de modulação dos efeitos do novo entendimento .....	139
7.5. Inaplicabilidade do entendimento às concessões de serviço público .....	141
8. Celebração posterior de aditivos e preclusão do direito ao reequilíbrio.....	141
9. Conclusão .....	143
10. Referências.....	143

## **VI. Alteração do valor contratual registrável por apostila: comentários ao art. 136 da Nova Lei de Licitações, 145**

*Georghio Alessandro Tomelin*

1. Os aditivos contratuais e o risco de quem espera eficiência por parte da administração pública .....	145
2. As alterações contratuais na jurisprudência ao tempo da Lei 8.666....	147
3. Matriz de risco e eventos supervenientes .....	149
4. As apostilas para atualização de valor .....	150
5. O empenho de dotações orçamentárias.....	151
6. Síntese conclusiva: o novo art. 136 da Lei 14.133.....	152

## **CAPÍTULO VIII**

### **Das Hipóteses de Extinção dos Contratos, 155**

#### **Comentário geral, 161**

*Reinaldo Roberto Ghesso*

Introdução .....	161
O artigo 137 da Nova Lei de Licitações (correspondente ao artigo 78 da Lei 8.666/93).....	164
O artigo 138 da Nova Lei de Licitações (correspondente ao artigo 79 da Lei 8.666/93).....	174
O artigo 139 da Nova Lei de Licitações (corresponde ao artigo 80 da Lei 8.666/93).....	176
Conclusão.....	179
Referências Bibliográficas.....	180

## **CAPÍTULO IX**

### **Do Recebimento do Objeto do Contrato, 183**

#### **I. Comentário Geral ao Título III, Capítulo IX – Do Recebimento do Objeto do Contrato, 187**

*André Lucenti Estevam*

1. Introdução .....	187
2. Objeto e contrato como categorias da teoria geral do direito.....	188
3. Delineamento dogmático do objeto do contrato.....	191
4. As espécies de recebimento: procedimentos e efeitos.....	194
5. Rejeição do objeto.....	197
6. Responsabilidade do contratado .....	199
7. Objeto e função econômico-social do contrato.....	201
Referências bibliográficas .....	204

## **CAPÍTULO X**

### **Dos Pagamentos, 207**

#### **I. Comentário geral ao Capítulo X – Dos pagamentos, 211**

*Élida Graziane Pinto e Patrick Bezerra Mesquita*

1. Introdução .....	211
2. Regime jurídico da despesa e a contratação pública.....	215
3. Pagamentos na nova lei de licitações.....	220
4. Conclusão .....	234
5. Referências.....	237

#### **II. Comentário específico – A previsão de pagamento antecipado na Nova Lei de Licitações, 239**

*Diego Jacome Valois Tafur e Fábio Bezerra Cavalcanti de Souza*

1. Introdução .....	239
2. Precedentes relativos ao pagamento antecipado no contexto da Lei nº 8.666/93.....	241
3. Condições para o pagamento antecipado previstas no art. 145 .....	245
4. Conclusão .....	249
Referência bibliográfica .....	251

## **CAPÍTULO XI**

### **Da Nulidade dos Contratos, 253**

#### **I. Comentários ao Capítulo XI (“Da nulidade dos contratos”) da nova lei de contratações públicas, 257**

*Guilherme Afonso Dourado*

1. Introdução .....	257
2. A teoria das invalidades na Lei Federal nº 8.666/93.....	257
3. As nulidades dos contratos administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021, sob novos vetores.....	260
4. Conclusões.....	266
Referências .....	266

#### **II. Comentários ao Capítulo XI – Nulidade dos contratos, 269**

*Guilherme F. Dias Reisdorfer e Isabella Rossito*

Correspondência do Capítulo XI da Lei nº 14.133/2021 com a parte final do Capítulo III, Seção I (art. 59) da Lei nº 8.666/1993 .....	269
1. Introdução .....	269
2. A disciplina tradicional das invalidades no direito administrativo .....	269
3. Alteração de paradigma na disciplina das invalidades contratuais.....	271
3.1. Incorporação da lógica consagrada na LINDB.....	273
4. Parâmetros norteadores da invalidação .....	274
4.1. Aspectos econômico-financeiros .....	275
4.2. Aspectos sociais e ambientais.....	278
4.3. Medidas para saneamento das irregularidades .....	278
5. A regulação dos efeitos da decisão de invalidação .....	278
6. O conteúdo da indenização em razão da invalidade.....	279
7. Responsabilidade dos agentes públicos e dos particulares envolvidos.....	282
8. O devido processo legal envolvendo todos os interessados.....	283
9. Conclusão .....	283
10. Referências.....	283

## CAPÍTULO XII

### Dos Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias, 285

#### I. Comentários ao Capítulo XII do Título III (Dos contratos administrativos) da Lei Federal nº 14.133/2021 – Dos meios alternativos de resolução de controvérsias, 289

*Gustavo Henrique Justino de Oliveira e Matheus Teixeira Moreira*

1. Introdução .....	289
2. Pragmatismo jurídico: um novo paradigma para o direito administrativo .....	290
3. Comentários sobre o direito positivo .....	291
3.1. Artigo 151, <i>caput</i> , e parágrafo único .....	291
3.2. Artigo 152 .....	294
3.3. Artigo 153 .....	295
3.4. Artigo 154 .....	296
3.5. Artigo 138, inciso II .....	298
3.6. Artigo 138, inciso III .....	299
4. Considerações finais .....	300
5. Referências .....	301

#### II. Comentários aos meios alternativos de resolução de controvérsias na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), 303

*Natália de Aquino Cesário*

1. Introdução .....	303
2. Os meios alternativos de resolução de controvérsias .....	304
3. Aplicabilidade na Administração Pública .....	309
3.1. Mediação e Conciliação .....	311
3.2. Arbitragem .....	313
3.3. Comitê de Resolução de Disputas .....	322
4. A Nova Lei de Licitações: houve inovação? .....	328
5. Conclusão .....	334
6. Referências .....	335

### **III. Comentário específico – A arbitragem em contratos administrativos na Lei 14.133/21, 337**

*Giuseppe Giamundo Neto*

1. Introdução .....	337
2. Breve contexto histórico: o estado da arte da arbitragem em contratos públicos .....	337
3. A arbitragem na Lei nº 14.133/21 e o seu âmbito material de aplicação .....	340
4. Vedação à equidade e o dever de publicidade .....	343
5. A escolha dos árbitros e dos tribunais arbitrais .....	346
6. Conclusão .....	347
7. Referências bibliográficas .....	347

## **TÍTULO IV**

### **Das Irregularidades, 349**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Das Infrações e Sanções Administrativas, 351**

#### **I. Comentário geral ao Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021: arts. 155 a 163 (“Das infrações e sanções administrativas”), 359**

*Alice Voronoff e Renato Toledo*

Correspondência na Lei nº 8.666/1993: Capítulo IV (arts. 81 a 88). .....	359
I. Introdução: as infrações e sanções administrativas nas relações contratuais da Administração Pública .....	359
II. Comentários ao Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021: arts. 155 a 163 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	363
II.1. Comentários ao art. 155 .....	363
II.2. Comentários ao art. 156 e parágrafos.....	364
II.3. Comentários ao art. 157 .....	367
II.4. Comentários ao art. 158 e parágrafos.....	370
II.5. Comentários ao art. 159.....	374
II.6. Comentários ao art. 160.....	378
II.7. Comentários ao art. 161 e parágrafo único .....	380

II.8. Comentários ao art. 162 e parágrafo único .....	383
II.9. Comentários ao art. 163 e parágrafo único .....	384
III. Referências bibliográficas .....	385

**II. Comentário geral ao Título IV, Capítulo I da  
Lei nº 14.133/2021 – A necessária integração sistêmica  
das sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações  
e Contratos Administrativos e a Lei nº 12.846/2013 sob a  
égide do preceito da vedação ao *bis in idem*, 389**

*Sebastião Botto de Barros Tojal e Leonardo Bissoli*

1. Introdução .....	389
2. A vedação ao <i>bis in idem</i> como elemento de integração sistêmica do direito sancionatório – evolução da aplicação do preceito após a introdução da Lei nº 12.846/2013 no direito brasileiro .....	392
3. Estrutura sancionatória de ilícitos administrativos da Lei nº 14.133/2021 e sua comunicabilidade com a Lei nº 12.846/2013 .....	400
4. Adequação procedimental dos processos administrativos de responsabilização e os limites à atividade sancionatória da Administração .....	405
5. Conclusões .....	409
6. Referências .....	411

**III. Comentário específico ao art. 160, 413**

*Alexandre G. N. Liquidato*

Introdução .....	413
1. Inserção da <i>disregard</i> no quadro das sanções administrativas .....	414
2. Comentário (discussão sobre a desconsideração da personalidade jurídica na Lei nº 14.133/21) .....	417
Conclusões .....	421
Referências .....	421

**IV. Comentários ao art. 163 da Lei 14.133 – A reabilitação de licitantes  
e contratados penalizados pela administração pública, 425**

*Rafael Wallbach Schwind*

Comentários .....	425
1. Visão geral das inovações trazidas pela Lei 14.133 .....	425

2. A reabilitação.....	426
3. Âmbito de aplicação da reabilitação.....	429
4. Necessidade de reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.....	430
5. Exigências para a reabilitação.....	431
5.1. Reparação integral do dano.....	432
5.2. Pagamento da multa aplicada.....	433
5.3. Transcurso de prazos mínimos.....	435
5.4. Obrigações definidas no ato punitivo.....	439
5.5. Análise jurídica prévia dos requisitos .....	442
6. Referências.....	443

## **CAPÍTULO II**

### **Das Impugnações, dos Pedidos de Esclarecimento e dos Recursos, 445**

#### **I. Comentário geral ao Capítulo II: das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos, 451**

*Maria Julia de Souza Rocha de Macedo e Rafael Rocha de Macedo*

Comentários gerais ao dispositivo .....	451
1. A legitimação para provocar a análise das irregularidades na aplicação da lei.....	451
2. A importância da existência de mecanismos de provocação da administração pública para apuração de irregularidades no campo das licitações e dos contratos administrativos.....	454
3. Do prazo de protocolo do pedido de impugnação do edital de licitação, da solicitação de esclarecimentos e das respostas pela administração .....	455
Comentários gerais ao dispositivo .....	457
1. Do direito de recurso aos atos administrativos previstos na Constituição Federal.....	457
2. Os tipos e prazos de recurso previstos na novel legislação.....	457
3. Do cabimento dos recursos e de seus pressupostos .....	458
4. Da manifestação quanto à intenção de recorrer e do processamento do recurso.....	458
5. Do aproveitamento dos atos administrativos .....	459
Referências .....	462

## **CAPÍTULO III**

### **Do Controle das Contratações, 465**

#### **I. Controle das contratações à luz da Lei 14.133/2021, 471**

*Dinorá Adelaide Musetti Grotti e José Roberto Pimenta Oliveira*

1. Introdução .....	471
2. Tutela do interesse público, controle e suas três linhas de defesa.....	474
3. Concepção funcional de controle e suas diretrizes .....	482
4. A concretização das diretrizes legais .....	487
5. Delimitação objetiva de critérios para fiscalização no desempenho das atividades de controle .....	490
6. Recomposição da ordem jurídica em face de irregularidades e ilegalidades .....	495
7. Medidas cautelares administrativas em processos administrativos nos Tribunais de Contas .....	498
8. A norma inscrita no artigo 172, vetada pelo Presidente da República, com veto mantido pelo Congresso Nacional.....	503
9. A função de capacitação/formação de Escolas de Contas no aprimoramento do cumprimento da legislação e do exercício do controle.....	505
Referências bibliográficas .....	505

#### **II. Comentário geral ao Capítulo III – Do Controle das Contratações, 509**

*Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho e Adriana Regina Sarra de Deus*

1. Introdução .....	509
2. Contexto legislativo .....	510
3. O controle da função administrativa como elemento da governança pública: principais desafios.....	514
4. Noção de <i>compliance</i> aplicada à Administração Pública.....	522
4.1. Linhas de defesa na tutela da contratação administrativa .....	524
4.2. Regulamentação esperada para implantação e sinergia do controle (art. 169, §1º).....	529
5. Custódia do sigilo compartilhado .....	531
6. Consequencialismo do controle e aprendizado institucional a partir do erro (art. 169, §3º).....	532

7. Responsabilização, segregação de funções e diálogo entre órgãos de controle e entre controlador e controlado .....	533
8. Parâmetros para o controle (art. 170).....	535
9. Instrução do processo administrativo de controle (art. 170, parágrafos) ....	536
10. Diretrizes do controle (art. 171, I, II e III).....	537
11. Suspensão cautelar da licitação pelo Tribunal de Contas (art. 171, § 1, 2, 3 e 4).....	539
12. Escolas de governo e capacitação de servidores.....	541
13. Conclusão .....	542
14. Referências.....	542

### **III. Controle das contratações públicas. Comentários aos artigos 169 a 173 da nova lei de licitações, 547**

*Guilherme Jardim Jurksaitis e Rafael Hamze Issa*

### **IV. Aspectos gerais do controle das contratações públicas na lei federal nº 14.133/2021, 565**

*Guilherme Corona Rodrigues Lima e Alvaro Merlos Akinaga Cordeiro*

Introdução .....	565
1. As linhas de defesa.....	566
2. Os aspectos a serem considerados pela atividade de controle e seus efeitos .....	569
3. A procedimentalização do controle externo: um diálogo com a LINDB .....	572
4. As cautelares dos Tribunais de Contas e seus novos aspectos.....	574
Conclusão.....	576
Referências .....	577

### **V. Comentários ao art. 169: As linhas de defesa e a necessidade de institucionalização do controle social das contratações públicas, 579**

*Larissa Lima Luz Mendes e Marco Aurélio Sampaio*

Sem correspondência com a Lei nº 8666/93 .....	579
1. Introdução .....	579
2. Do Controle Social: definição e apontamentos de sua presença no bloco normativo constitucional.....	582

3. Do <i>deficit</i> de legitimidade e governabilidade comunitária .....	586
3.1. Elevação do grau de <i>accountability</i> nas contratações e o novo caráter do controle social.....	587
4. Das Linhas de Defesa .....	591
5. Conclusão .....	595
6. Referências Bibliográficas .....	597

**VI. O controle das licitações e contratações públicas pelos tribunais de contas e o art. 171 da lei 14.133/2021, 599**

*Rafael Carvalho Rezende Oliveira e Erick Halpern*

1. Introdução .....	599
2. O controle da Administração Pública e o papel dos Tribunais de Contas .....	600
3. O controle na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	604
4. O controle dos editais de licitação e dos contratos da Administração Pública pelos Tribunais de Contas na Lei 14.133/2021 .....	607
5. Conclusão .....	613
6. Referências.....	614

**TÍTULO V**

**Disposições Gerais, 617**

**CAPÍTULO I**

**Do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), 619**

## **I. Comentário geral sobre o Capítulo I do Título V: O Portal Nacional de Contratações Públicas, 625**

*Laura Mendes Amando de Barros*

Introdução .....	625
1. O Portal Nacional de Contratações Públicas na Nova Lei de Licitações.....	626
2. Avanços e limitações do novo Portal.....	627
3. Do Sistema Brasileiro de Transparência Pública: NLL, LAI, LGPD e as Políticas de Dados Abertos e Governo Digital.....	639
Conclusões .....	648
Referências .....	650

## **II. Portal Nacional de Contratações Públicas: um portal de transparência, 651**

*Carmen Silvia Lima de Arruda*

1. Introdução .....	651
2. Finalidade do Portal Nacional de Contratações Públicas.....	653
3. Condição de eficácia dos contratos .....	656
4. Participação como elemento da transparência no PNCP .....	657
5. Implantação do Portal Nacional de Compras Públicas .....	658
6. Conclusão .....	660
Referências .....	660

## **CAPÍTULO II**

### **Das Alterações Legislativas , 663**

#### **I. A nova disciplina dos crimes contra as licitações no Código Penal, 671**

*Gláucio Roberto Brittes de Araujo*

I. Introdução.....	671
II. Dos crimes no Código Penal .....	672
III. Reflexões complementares sobre a ingerência penal legítima e eficiente.....	686
IV. Considerações finais.....	689
Referências bibliográficas .....	690

## **II. Comentário ao art. 178 – “Os ‘novos’ crimes licitatórios: reflexões dogmáticas, legísticas e político-criminais sobre o art. 178 da lei 14.133/2021”, 693**

*Rodrigo José Fuziger*

1. Introdução .....	693
2. Um panorama da conformação geral dos novos crimes licitatórios.....	693
2.1. Modificações alvissareiras na dinâmica de crimes licitatórios .....	695
2.2. Aspectos tormentosos .....	696
3. Das modificações dos crimes licitatórios.....	701
3.1. Art. 337-E (Contratação direta ilegal) .....	702
3.2. Art. 337-F (Frustração do caráter competitivo de licitação).....	704
3.3. Art. 337-G (Patrocínio de contratação indevida).....	705
3.4. Art. 337-H (Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo) .....	706
3.5. Art. 337-I (Perturbação de processo licitatório).....	707
3.6. Art. 337-J (Violação de sigilo em licitação) .....	708
3.7. Art. 337-K (Afastamento de licitante) .....	709
3.8. Art. 337-L (Fraude em Licitação ou contrato) .....	710
3.9. 337-M (Contratação inidônea).....	712
3.10. 337-N (Impedimento indevido) .....	713
3.11. 337-O (Omissão grave de dado ou de informação por projetista) .....	714
3.12. 337-P (Cálculo da pena de multa) .....	717
4. Conclusões .....	718
5. Referências.....	720

## **III. Comentário específico ao artigo 186 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – a aplicação subsidiária da lei de licitações e contratos administrativos às leis de concessões, à luz do Projeto da Nova Lei Geral de Concessões, 721**

*José Jair Marques Junior*

1. Apresentação: a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA) aplicar-se-á subsidiariamente à Lei Geral de Concessões (LGC) projetada? .....	721
2. Histórico da aplicação das Leis Gerais de Licitações e Contratos vigentes durante a CF/88 às licitações e contratos de concessões de serviços públicos.....	724

2.1. Quais os temas regulados pela NLLCA que devem ser aplicados à licitação e à contratação de concessões?.....	724
2.1.1. Que resposta a Lei Federal 8.666/1993 e o Decreto-lei 2.300/1986 fornecem? .....	724
2.1.2. Que resposta as Leis Federais 8.987/1995 e 9.074/1995 fornecem? .....	728
2.1.3. Que resposta a jurisprudência dos tribunais judiciários fornece?.....	729
3. O PL da Lei Geral de Concessões: à lei projetada se aplicará subsidiariamente a NLLCA (Lei Federal 14.133/2021)? .....	734
4. Sugestões de aprimoramento do PL da Lei Geral das Concessões.....	738
5. Considerações finais.....	743
6. Referências.....	746

## **CAPÍTULO III**

### **Disposições Transitórias e Finais, 749**

#### **I. Comentários ao Capítulo III da Lei n. 14.333, de 01 de abril de 2021: disposições transitórias e finais, 755**

*José Antonio Aparecido Junior*

1. Introdução .....	755
2. Comentários gerais .....	756
3. Comentários específicos.....	757
4. Conclusões.....	770
5. Referências bibliográficas.....	771